

BONIFICAÇÃO POR RESULTADOS EM SÃO PAULO: POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DOCENTE?

*Autora: Miriam Cristina Libano Rodrigues
Orientadora: Profa. Dra. Géssica Priscila Ramos
Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)*

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a política de concessão de bônus sancionada no período de (2006-2010) aos integrantes do Quadro do Magistério do Estado de São Paulo e suas implicações para a valorização docente. Por meio de análise bibliográfica e documental (leis complementares nº 1.006/06, nº 1.017/07 e nº 1.078/08, os decretos nº51.564/07 e nº 52.719/08 e resoluções da SE nº 22, de 27-3-2009, nº 23, de 27-3-2009 e nº 31, de 22-3-2010), constatou-se que: a) a valorização proposta pela bonificação concentra a maior parte de sua pontuação no critério frequência e “assiduidade”, ou seja, valoriza o professor que está presente diariamente em sala de aula; b) nas legislações mais recentes sobre o tema, a formação continuada docente não é usada como um dos critérios para a valorização do professor, mas, sim, os resultados obtidos pela escola no IDESP. Assim, conforme pudemos interpretar, esse instrumento de “valorização” nada mais parece do que uma forma de forçar o professor a estar em sala de aula e produzir resultados, ignorando, por exemplo, os reais motivos que levam a maioria deles faltarem de suas aulas, bem como as razões objetivas que fazem com que vários docentes não consigam obter o bom desempenho escolar de seus alunos.

Palavras-chave: Política Educacional Paulista. Bonificação por Resultados. Valorização Docente.